



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALDERIVAN CAVALCANTE MOREIRA

**AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO DE CASO NO ÂMBITO DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**MONTEIRO
2017**

ALDERIVAN CAVALCANTE MOREIRA

**AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO DE CASO NO ÂMBITO DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Auditoria

Orientador: Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior

**MONTEIRO
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M835a Moreira, Alderivan Cavalcante.

Auditoria interna [manuscrito] : um estudo de caso no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba / Alderivan Cavalcante Moreira. - 2017.

83 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2017.

"Orientação : Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Auditoria interna. 2. Controle interno contábil. 3. Auditor interno.

21. ed. CDD 657.45

ALDERIVAN CAVALCANTE MOREIRA

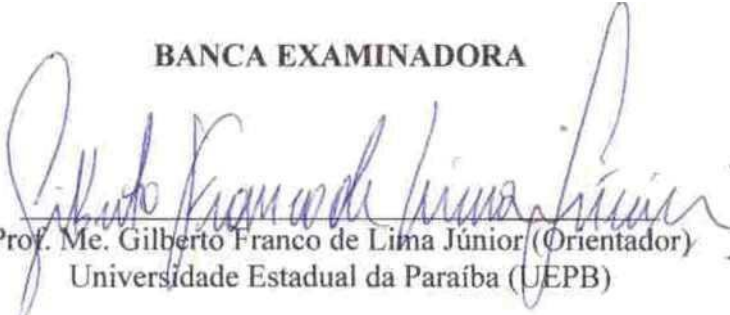
AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO DE CASO NO ÂMBITO DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Auditoria

Aprovado em: 12 / 12 / 2017.

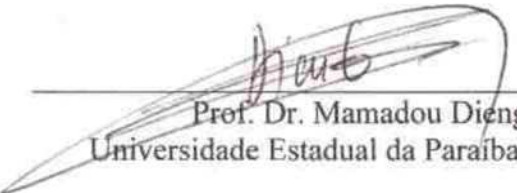
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Ismael Gomes Barreto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Mamadou Dieng
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Antonio e Irene (*in memoriam*), a minha esposa Karla Fernanda e aos meus filhos Antonio Neto e Maria Fernanda, fontes de inspiração e por serem a motivação para vencer grandes desafios.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, fonte de todo saber, por iluminar-me em todos os momentos da minha vida e desta caminhada.

A minha esposa Karla Fernanda e aos meus filhos Antônio Neto e Maria Fernanda, pela paciência e compreensão da minha ausência.

Aos meus pais (*in memoriam*) pelo amor e por tudo que fizeram por mim ao longo da minha vida.

Ao meu orientador, Professor Gilberto Franco de Lima Júnior, pela paciência, atenção e apoio dispensado na realização deste trabalho.

Aos demais professores da UEPB pelo incentivo, confiança e apoio dispensados no cumprimento dessa nobre missão.

Aos meus colegas de trabalho do IFPB, em especial aos auditores, que se dispuseram em responder ao questionário, objeto dessa pesquisa.

E, a todos aqueles que de alguma forma colaboraram e contribuíram para o alcance deste objetivo.

“A função do Auditor Interno é fazer aquilo que a direção da organização gostaria de fazer se tivesse tempo para fazer e soubesse como fazê-lo.”

Lawrence B. Sawyer

RESUMO

A auditoria interna é o mais imprescindível instrumento de controle que uma entidade organizacional pode dispor frente aos tempos hodiernos que demandam alta capacidade de solucionar vicissitudes de forma célere e eficaz. Nesse sentido, o presente estudo debruça-se sobre essa atividade administrativa que pode envolver profissionais de diferentes áreas do conhecimento humano, bem como procura comedir como essa atividade é realizada. Esse trabalho angariou um conteúdo informativo advindo das principais fontes e autores consagrados acerca do tema em comento. O presente estudo tem como objetivo primordial identificar o papel da auditoria interna e o seu nível de influência para tomada de decisão por parte dos gestores no âmbito do IFPB. Quanto à metodologia utilizada, a pesquisa foi de natureza exploratória, sendo adotados procedimentos de estudo de caso, utilizando-se também abordagem qualitativa dos dados angariados, onde por intermédio desta, pôde-se constatar a real percepção dos auditores da Reitoria do IFPB, frente às questões da pesquisa. Ao finalizar esse estudo, conclui-se que a auditoria interna representa uma ferramenta importante como órgão auxiliar da gestão, por fornecer informações técnicas, as quais influenciam efetivamente na tomada de decisão por parte dos gestores do IFPB.

Palavras-chave: Auditoria Interna. Controle. Entidade. Tomada de Decisão.

ABSTRACT

The Internal auditing is the most essential instrument of control that an organizational entity can have in front of the modern times that demand high capacity to solve vicissitudes quickly and effectively. In this sense, the present study focuses on this administrative activity that may involve professionals from different areas of human knowledge, as well as seek to regulate how this activity is performed. This work has gathered an informative content coming from the main sources and authors consecrated on the subject in the commentary. The main objective of this study is to identify the role of internal auditing and its level of influence for decision-making by managers within the IFPB. As for the methodology used, the research was exploratory in nature, and case study procedures were adopted, using a qualitative approach to the collected data. Through this method, the auditors of the IFPB Rectorate to the research questions. At the end of this study, it is concluded that internal audit represents an important tool as an auxiliary management organ, by providing technical information, which effectively influences decision making managers of the IFPB.

Keywords: Internal Audit. Control. Entity. Making of Decision.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Comparação Auditor Interno x Auditor Externo.....	29
Quadro 2 -	Inter-relacionamento dos Componentes do COSO.....	31
Quadro 3 -	Esquema de Percepção da Estrutura de Controles Internos.....	41
Quadro 4 -	Auditor Interno e o Sistema de Controle Interno.....	42
Gráfico 1 -	Com relação à composição técnica da equipe de auditoria interna da Reitoria do IFPB, qual a sua área de formação?.....	55
Gráfico 2 -	Qual a quantidade de auditores que compõem a equipe de auditoria interna no âmbito da Reitoria do IFPB?.....	56
Gráfico 3 -	Em sua opinião, o quadro atual de auditores existentes na estrutura da Reitoria do IFPB, é o adequado para atendimento da demanda da Reitoria, dos campi e dos diversos órgãos do IFPB de forma eficiente para uma gestão eficaz?.....	57
Gráfico 4 -	Existe no Departamento de Auditoria Interna da Reitoria, algum manual interno com orientações das normas e procedimentos a serem adotados?.....	58
Gráfico 5 -	Os auditores da Reitoria do IFPB, no exercício de suas atribuições funcionais, gozam de autonomia e independência para realização do seu ofício?.....	59
Gráfico 6 -	A Reitoria do IFPB tem investido em cursos de capacitação e qualificação profissional para os integrantes da equipe de auditoria interna?.....	60
Gráfico 7 -	Na estrutura organizacional do IFPB, a equipe de auditoria interna é hierarquicamente subordinada a qual órgão?.....	61
Gráfico 8 -	Na sua concepção, como você enxerga o grau de relevância dado pelos gestores do IFPB, no que se refere às atividades de auditoria como instrumento de avaliação, controle e cumprimento das normas e procedimentos pertinentes a auditoria interna?.....	62
Gráfico 9 -	Na sua visão, o relatório/parecer da auditoria interna é sólido o suficiente para influenciar na tomada de decisão dos gestores do IFPB?.....	63
Gráfico 10 -	No seu entendimento, o relatório/parecer técnico da equipe de auditoria interna do IFPB, traz de forma cristalina o que está obscuro por inexatidão, erro, negligência, omissão ou fraude, auxiliando a formular uma opinião dos	64

gestores para tomada de decisões?.....

Gráfico 11 - Na sua visão, no âmbito do IFPB, qual a real importância do papel 65 desempenhado pela equipe de auditoria interna?.....

Gráfico 12 - No seu entendimento, quais os principais benefícios oferecidos pelo 66 trabalho desenvolvido pela equipe de auditoria interna do IFPB?.....

Gráfico 13 - Na sua visão, qual área necessita de um acompanhamento permanente de 67 análise por parte da equipe de auditoria interna do IFPB?.....

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Com relação à composição técnica da equipe de auditoria interna da Reitoria do IFPB, qual a sua área de formação?..... 54
- Tabela 2 - Qual a quantidade de auditores que compõem a equipe de auditoria interna no âmbito da Reitoria do IFPB?..... 55
- Tabela 3 - Em sua opinião, o quadro atual de auditores existentes na estrutura da Reitoria do IFPB, é o adequado para atendimento da demanda da Reitoria, dos campi e dos diversos órgãos do IFPB de forma eficiente para uma gestão eficaz?..... 56
- Tabela 4 - Existe no Departamento de Auditoria Interna da Reitoria, algum manual interno com orientações das normas e procedimentos a serem adotados?..... 57
- Tabela 5 - Os auditores da Reitoria do IFPB, no exercício de suas atribuições funcionais, gozam de autonomia e independência para realização do seu ofício?..... 58
- Tabela 6 - A Reitoria do IFPB tem investido em cursos de capacitação e qualificação profissional para os integrantes da equipe de auditoria interna?..... 59
- Tabela 7 - Na estrutura organizacional do IFPB, a equipe de auditoria interna é hierarquicamente subordinada a qual órgão?..... 60
- Tabela 8 - Na sua concepção, como você enxerga o grau de relevância dado pelos gestores do IFPB, no que se refere às atividades de auditoria como instrumento de avaliação, controle e cumprimento das normas e procedimentos pertinentes a auditoria interna?..... 61
- Tabela 9 - Na sua visão, o relatório/parecer da auditoria interna é sólido o suficiente para influenciar na tomada de decisão dos gestores do IFPB?..... 62
- Tabela 10 - No seu entendimento, o relatório/parecer técnico da equipe de auditoria interna do IFPB, traz de forma cristalina o que está obscuro por inexatidão, erro, negligência, omissão ou fraude, auxiliando a formular uma opinião dos gestores para tomada de decisões?..... 63
- Tabela 11 - Na sua visão, no âmbito do IFPB, qual a real importância do papel desempenhado pela equipe de auditoria interna?..... 64
- Tabela 12 - No seu entendimento, quais os principais benefícios oferecidos pelo 65

trabalho desenvolvido pela equipe de auditoria interna do IFPB?.....

Tabela 13 - Na sua visão, qual área necessita de um acompanhamento permanente de 67
análise por parte da equipe de auditoria interna do IFPB?.....

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABR	Auditoria Baseada em Riscos
AUDIN	Auditoria Interna
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria Geral da União
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IN	Instrução Normativa
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
SFCI	Secretaria Federal de Controle Interno
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Justificativa.....	16
1.2	Problematização.....	18
2	OBJETIVOS.....	20
2.1	Objetivo Geral.....	20
2.2	Objetivos Específicos.....	20
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
3.1	Atribuições, Conceitos e Utilidades de Uma Auditoria Interna.....	21
3.2	Das Modalidades de Auditorias Internas.....	25
3.3	A Dinâmica das Relações Humanas de Uma Auditoria Interna.....	34
3.4	Objetivo e Finalidade da Auditoria Interna.....	36
3.5	Ações e Análises nas Auditorias Internas.....	38
3.6	A Relevância do Controle Interno Para a Auditoria Interna.....	40
3.7	Autoavaliação de Controles Internos.....	42
3.8	Delimitações das Auditorias Internas.....	46
3.9	Diretrizes Brasileiras Para o Desempenho de Uma Auditoria Interna.....	47
4	METODOLOGIA DO TRABALHO.....	50
4.1	Procedimentos Metodológicos.....	50
4.2	Classificação Quanto a Forma de Abordagem do Problema.....	50
4.3	Classificação Quanto aos Objetivos.....	50
4.4	Classificação Quanto aos Procedimentos Técnicos.....	51
4.5	Método de Abordagem.....	52
4.6	Universo e Amostra da Pesquisa.....	52
4.7	Instrumento de Coleta de Dados.....	53
5	APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	54
6	CONCLUSÃO.....	70
	REFERÊNCIAS.....	73
	APÊNDICES.....	76

1 INTRODUÇÃO

A auditoria interna é um dos mais relevantes instrumentos do controle administrativo. Dentre os riscos envolvidos para uma entidade pela falta de controle interno estão os gastos desnecessários, erros constantes, riscos de infrações de leis e desvirtuamento dos intentos ideológicos da entidade. Nesse sentido, não basta apenas investimento em recursos tecnológicos para melhorar a comunicação entre os diversos setores da entidade, mas também proceder com ações que visam dar um real entendimento das situações que ocorrem na entidade, a fim de majorar seu funcionamento. Logo, dentro de um contexto dinâmico e muito competitivo, a auditoria interna nasce como uma forma de atender os anseios de proteção, melhoramento e proteção das entidades.

A expansão das entidades em seus respectivos campos de atuação requer um amplo e tempestivo conhecimento por parte de seus administradores das necessidades de retificação e auxílio que permeia cada parte da entidade. Nesse sentido, é necessário que haja um correto procedimento de obtenção de informações, a fim de salvaguardar a situação patrimonial e financeira da empresa. Outrossim, esse trabalho teve o fito de explanar acerca das várias formas como uma auditoria interna é reconhecida numa organização, bem como qual a profundidade de sua relevância para a segurança e aquilamento das funções dessa ferramenta.

A auditoria interna vem sendo estudada desde o início do século passado no Brasil até ser positivada em certas diretrizes pelo Conselho Federal de Contabilidade, diante de sua relevância na atuação de suas atividades. Em outras linhas, esse estudo verificou como as auditorias internas analisam, além da entidade em que atuam, a si mesmas. A monitoração prestada pelos profissionais envolvidos nessa área perpassa a fronteira que divide os setores, bem como a própria conduta que se repercute na formação de informações a serem transpassadas para a alta administração.

A maioria dos altos dirigentes das entidades enxerga a relevância do controle funcional dos membros de suas entidades e procedem com medidas de monitoramento e controle próprios, dignos de uma auditoria interna informal. Não obstante, somente uma análise técnica por meio de profissionais capacitados para essa operação é o meio mais viável para trazer reais e consideráveis benefícios para o crescimento e expansão de uma entidade. Esse fato irrevogável decorre da necessidade dos dirigentes da alta administração terem o cuidado de valerem-se de informações fidedignas ao que de fato ocorre dentro das entidades,

bem como se aterem a segurança com que tais informações são produzidas e protegidas até chegarem em suas mãos.

Ao adentrar na forma como essas informações são produzidas, o presente estudo vislumbrou uma série de modalidades com as quais os auditores podem se valer, a fim de desempenhar suas funções. Além do mais, encontrou certos limites impostos por leis e princípios éticos aos auditores internos dentro de sua liberdade de atuação. Esse comedimento tem o escopo de discernir a arbitrariedade da liberdade desses profissionais, cuja contribuição para expansão e aperfeiçoamento dos trabalhos da entidade são explicados neste estudo.

Nesse contexto, a auditoria interna mostra o seu papel e a sua importância para uma entidade, ficando claro ser imprescindível em seus mais variados aspectos, seja no de avaliar, fiscalizar, controlar e verificar suas ações, principalmente na área pública, cuja finalidade é a de preservar o patrimônio institucional, que é público.

Acrescentamos ao exposto, que no setor público a auditoria interna é regida pelo Decreto nº 3.591/2000, que disciplina o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e pela Instrução Normativa nº 01/2001 da Secretaria Federal de Controle Interno (IN 01/2001 SFCI), a qual conceitua o papel da auditoria interna como sendo:

“A auditoria interna constitui-se em um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliações de resultados e preposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada.”

Desse modo, fica demonstrado a importância da auditoria interna no âmbito da administração pública, como instrumento de aperfeiçoamento, avaliação e controle nas mais diversas áreas institucionais, visando comprovar a conformidade de sua execução e/ou propor ações corretivas necessárias para os eventuais desvios ocorridos, de modo que, a auditoria interna no setor público torna-se pelo seu significado, uma ferramenta de controle social.

1.1 Justificativa

Todo controle gerencial precisa ter em mãos subsídios capazes de lhe dar um melhor discernimento na sua tomada de decisões, planejamento estratégicos ou redirecionamento dos anseios da entidade consoante o momento vivenciado pela mesma. Nesse sentido, depreende-se que a imprescindibilidade da auditoria interna perpassa os limites do plausível, sendo imprescindível para uma melhor conformatação da conjuntura organizacional da entidade, bem como ao seu desenvolvimento. Ademais, essa atividade interna é a que mais garante sustentabilidade e capacidade competitiva perante as instabilidades sociais, econômicas e políticas enfrentadas pela organização.

O crescimento e a relevância dessa atividade são inerentes às necessidades que ensejaram o surgimento de várias modalidades de auditoria interna. Além do mais, os novos e desafiadores motivos pelos quais uma entidade pode se encontrar são capazes de ensejar o surgimento de outras formas de paradigma e estrutura de ação para a realização de uma auditoria interna. Em outras palavras, a riqueza de ação desse procedimento administrativo, bem como a sua relevância para a salubridade existencial de uma entidade, desencadeia uma série de prerrogativas e vantagens em se proceder com essa atividade em todos os momentos de uma jornada de existência da pessoa jurídica.

Verificando que incumbe à própria auditoria interna ser observadora de si mesma, nota-se o nível de instrução profissional a ser depreendido pelos profissionais envolvidos nessa tarefa. Ademais, a interdisciplinaridade de conhecimentos no qual profissionais de diferentes áreas interagem entre si é capaz de promover uma constante e crescente enriquecimento na sapiência desses agentes, ensejando novas formas de aprimoramento laboral. Em outra vertente, muito se discute acerca das formas como as informações são produzidas e transpassadas pela auditoria interna, sendo esses elementos o seu insumo principal. No entanto, o grande desafio do presente estudo foca-se na magnitude dessa capacidade de produzir informações capazes de mudar e aquilatar o rumo de uma entidade.

Não há que se falar em liberdade plena em uma atuação no qual existem ditames formais, legais e profissionais a serem observados. Dessa forma, a liberdade criativa e de ação de um auditor interno esbarra no compromisso da ética e da legalidade na qual sua conduta deve ser pautada. Dentro deste contexto, entende-se que, ao lidar com informações e fazer parte dos comandos da alta administração de uma entidade, a auditoria interna carrega consigo uma responsabilidade de angariar resultados positivos que causem rentabilidade a organização e não uma atividade meramente fiscalizatória.

Não podemos olvidar para o fato que permeia o maior percalço para a feitura de uma auditoria interna que é o trato nas relações interpessoais. Nem todas as informações estão materializadas em documentos reproduzíveis, sendo que o trabalho dos auditores consiste em averiguar juntos aos membros de cada setor como os fatos sucedem-se e de que maneira as consequências deles repercutem na dinâmica das relações humanas. Em outras palavras, lidar com as pessoas que, por vezes, não têm interesse ou boa vontade em contribuir com o trabalho dos auditores requer habilidade de comunicação e discernimento informativo na forma como as informações, tão almejadas pela diretoria da entidade, são concretizadas e seguramente repassadas.

Dada à importância da auditoria interna, a justificativa do presente trabalho, surgiu da necessidade de pesquisar sobre o tema, considerando a sua relevância para o controle na administração pública, frente aos objetivos a serem alcançados e em razão de se constituir uma atividade imprescindível para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos atos e dos fatos administrativos praticados na gestão de bens públicos. Portanto, por se tratar de atuação na esfera pública, a importância da auditoria interna torna-se extremamente relevante, haja vista, o patrimônio público ser de propriedade coletiva e que deve ser da conta de todos, além disso, a sociedade brasileira vem cobrando cada vez mais transparência na aplicação dos recursos públicos, deste modo, pode-se afirmar que a auditoria interna se torna indispensável como ferramenta de controle interno.

1.2 Problematização

A auditoria interna tem a sua gênese em função de um grave e considerável problema enfrentado por muitos dirigentes das entidades: encontrar os problemas que corroem a estrutura organizacional antes que leve a entidade à falência. Por outro lado, na manutenção e criação dessa auditoria, a entidade esbarra na vicissitude de encontrar profissionais capazes para os afazeres inerentes à atividade e de proteger as informações desse trabalho angariadas. Ademais, está se tratando de um procedimento intrínseco ao desenvolvimento e proteção das atividades que uma entidade necessita para permanecer ativa dentro de um contexto social, econômico e político injusto e cada vez mais competitivo.

A história aponta que a auditoria interna era um nicho da administração no qual incumbia-se de proceder com a vistoria dos procedimentos a serem feitos pela entidade, a fim de tolher gastos desnecessários, funções indevidas e descumprimentos a regras de natureza legal, fiscal, tributária, operacional e similares. Em outras linhas, a auditoria interna ensejou a participação de uma gama diversificada de profissionais que pudessem atender aos anseios dos dirigentes da entidade em que atuam, visto que somente as ciências contábeis não seriam eficazes na apreensão, quantificação e qualificação das informações de todas as formas de atuação humana. Assim sendo, derroga-se a ideia de incumbir a um único agente a tarefa de uma auditoria interna, diante de uma necessidade urgente de obter dados confiáveis e transpassa-los para dirigentes com obrigações decisórias iminentes.

A imensa variedade de auditorias internas corrobora para uma delimitação da capacidade criativa dos auditores, no qual a maior parte dos recursos que precisa para realizar seu trabalho já tem uma conformatação própria. Por outro lado, a necessidade e as peculiaridades individuais no qual um auditor pode vir a encontrar-se ensejaria o surgimento de novas ideias para proceder com o seu trabalho. No entanto, essa liberdade criativa esbarra nas diretrizes, princípios e códigos inerentes à entidade ao qual o mesmo está inserido.

A ética profissional do auditor interno também o impõe delimitações na forma como esse profissional irá atuar, à medida que esse agente deve agir com base no que lhe é demandado sem, contudo, afastar-se da honradez inerente ao seu cargo. Em acréscimo ao exposto, pode-se explanar que o presente estudo aponta as inúmeras atribuições que o auditor interno deve ater-se quando do seu labor para atingir a variados fins. Esses intentos dizem respeito a uma qualidade total e um aquilatamento no trato das relações humanas, porém a dinâmica interpessoal, mormente ao lidar com pessoas que atuam em departamentos diferentes dentro de uma mesma entidade, acarreta certos desencontros que não podem

ensejar nas captações equivocadas. Diante disso, entende-se a relevância do poder avaliador/fiscalizador do próprio trabalho a ser tido pelos auditores internos.

As informações depreendidas pelos auditores internos tem o fito de tornar as decisões dos dirigentes das entidades organizacionais mais precisas, bem como promover uma melhor conformatação na forma como as atividades das entidades são realizadas e;

Considerando que as entidades da Administração Pública Federal Indireta deverão organizar a respectiva unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, tendo como objetivo o fortalecimento da gestão e da racionalização das ações de controle, pergunta-se:

Qual a percepção sobre o papel da auditoria interna e o seu nível de influência para tomada de decisão dos gestores no âmbito do IFPB?

2 OBJETIVOS

Os objetivos da presente pesquisa estão divididos em dois grupos, a saber: objetivo geral e objetivos específicos.

2.1 Objetivo Geral

- O propósito geral desta pesquisa consiste em identificar o papel da auditoria interna no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

2.2 Objetivos Específicos

- Avaliar como a auditoria interna influencia nas tomadas de decisões procedidas pelos gestores do IFPB;
- Identificar as benesses oferecidas pelo trabalho da equipe de auditoria interna;
- Ressaltar o papel da auditoria interna no âmbito do IFPB.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Atribuições, Conceitos e Utilidades de Uma Auditoria Interna

A auditoria interna consiste em um conjunto de atribuições minuciosas de uma organização, empresa ou entidade que se correlacionam, de modo intenso, com o andamento de cada função, área, departamento, setor e operação.

Esse procedimento sempre deve ser procedido pela alta administração gerencial da entidade, sendo necessário observar cada ramificação e os segmentos no qual a organização atua ou precisa se estender para desenvolver o seu negócio ou atividade (LIMA; LIMA, 2008).

A função da auditoria iniciou-se na dinastia Ciao, na China, por volta de 2000 a.C., quando eram auditados os registros do imperador chinês. Porém, arqueólogos encontraram indícios de que esta atividade já era desempenhada nas civilizações da Mesopotâmia.

Dessa maneira, pode-se inferir que a essência do que se entende por auditoria adveio de uma necessidade de controle e organização das ações internas de uma entidade. Ademais, há documentos que comprovam que já existiam auditores na Babilônia, em 4000 a.C. (TRISCIUZZI, 2009).

A segurança do auditor independente advém da auditoria interna auditada, coibindo a duplicidade de trabalho e minorando os custos operacionais das atividades da entidade, visto que a qualidade dos trabalhos majora-se com a diminuição dos seus custos. Na avaliação do controle interno, Lima e Lima (2008) apontam que um auditor deve proceder com as seguintes ações:

- 1) Levantar o sistema de controle interno;
- 2) Avaliar a possibilidade de o sistema identificar erros e irregularidades de imediato;
- 3) Determinar tipo, data e volume dos procedimentos a serem tidos pela própria auditoria na consecução dos seus fins;
- 4) Constatar se as determinações estabelecidas são as que estão sendo seguidas na prática cotidiana.

O sistema de controle interno é estabelecido pela entidade, a fim de que seja averiguado se está tudo sendo seguido pelos membros e colaboradores da entidade. Ademais,

esse sistema também ter o escopo de averiguar se há a necessidade de se proceder com as possíveis modificações consoantes às novas circunstâncias que surgirem.

De outro modo, a auditoria interna também funciona como uma espécie de “sócio estratégico da gestão” que lhe permita servir de assessor e consultor da mesma na identificação dos riscos, além de sugerir possíveis estratégias de ação para melhor desempenho de suas atividades (LIMA; LIMA, 2008) (TAMBORINO MORAIS, 2005).

No que diz respeito às Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em especial no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, a auditoria interna torna-se de extrema imprescindibilidade no sentido de orientar o fortalecimento da gestão, racionalizar as ações de controle, bem como fornecer aos órgãos do sistema de controle interno, procedimentos e métodos com o intuito de prevenir e identificar erros e manutenção adequada dos sistemas de controle.

Em adendo a isso, espera-se constatar vicissitudes e retificar possíveis falhas antes que prejudique as ações de planejamento, execução e comunicação dos agentes constantes nesse contexto. Logo, não se pode determinar a constância de uma auditoria num contexto de recomendações, mas tão somente promovê-la da maneira mais aquilatada e eficiente possível (LIMA; LIMA, 2008).

A auditoria interna é exercida por membro integrante da própria entidade organizacional ao qual está inserido, ou não, cujo caráter seja permanente. Por outro lado, o auditor interno deve exercer sua função com plena independência profissional, embora esteja vinculado à entidade.

Além disso, a atuação do auditor interno deve ser fidedigna as normas de auditoria, sendo que seu vínculo empregatício não deve tirar-lhe a independência funcional, visto que a hierarquia desse profissional em relação à entidade é meramente funcional (TRISCIUZZI, 2009).

Nas palavras de Migliavacca (apud Trisciuzzi, 2009, p. 89), “a auditoria interna eficaz é um controle organizacional que pode assegurar à administração que os objetivos genéricos de controle interno estejam sendo alcançados”. Além disso, a auditoria interna é tida como uma atividade de assessoramento à administração da entidade, devotada para a avaliação e a adequação dos sistemas de controle interno, no que diz respeito às atribuições, planos, metas, objetivos e políticas da referida entidade. Logo, todas essas atribuições corroboram no sentido de agregar qualidade e lucros para a organização (TRISCIUZZI, 2009).

As organizações precisam ser geridas com eficácia, a fim de que os objetivos propostos sejam alcançados e, para isso, a auditoria interna, na condição de função de suporte, desempenha um papel imprescindível. Nesse sentido, entende-se que uma auditoria interna bem desenvolvida é capaz de proporcionar uma vantagem competitiva e sustentada pela sua própria rentabilidade. Diante do exposto, pode-se admoestar o que se segue:

“[...] a auditoria interna preocupa-se, também, com a melhor rentabilização dos recursos disponíveis assim como com o cumprimento dos objetivos previamente fixados, servindo as organizações na sua globalidade e não apenas os seus gestores. [...] a função do auditor interno é fazer aquilo que a direção gostaria de fazer se tivesse tempo para fazer e soubesse como fazê-lo.” (TAMBORINO MORAIS, 2005, p. 08).

As ações de uma auditoria interna deverão ser planejadas, programadas e desenvolvidas tendo em conta as preocupações e prioridades da gestão, além de serem convergentes com as estratégias e políticas globais definidas pela entidade organizacional. Toda essa dinâmica visa a uma gestão eficaz, tornando-se uma função imprescindível e valorizada para o domínio da organização em geral sem faltar com a responsabilidade social. Ademais, vem sendo exigido de uma coerente auditoria interna uma gama de conhecimentos diversificados para o bom desempenho das atividades da entidade organizacional por parte daqueles que se predispõe a desempenhá-la consoante Tamborino Morais (2005) elenca a seguir:

- 1) Qualidade Total;
- 2) Marketing;
- 3) Organização e Métodos;
- 4) Contabilidade
- 5) Planejamento Estratégico;
- 6) Domínio de Técnicas de Gestão;
- 7) Informática;
- 8) Relações Humanas e Afins.

A existência de uma auditoria interna comprova o fato de que toda entidade organizacional necessita ter flexibilidade na forma como procede com sua política de gestão, visto que ela necessita se conformatar com as novas necessidades e de acordo com as espécies

de empecilhos que possam vir a surgir para saná-los. É cediço que o sucesso de uma auditoria interna passa por um processo de alquimia, congregando auditores profissionalmente inteligentes, altamente motivados e comprometidos com o sucesso da entidade em que atuam. Diante disso, todos os colaboradores e auditores possuem a responsabilidade de contribuir para a manutenção de um controle interno sadio e ajustado aos principais objetivos estratégicos da entidade (TAMBORINO MORAIS, 2005).

A informação é um instrumento imprescindível para o processo de tomada de decisão, visto que ela é responsável pelas mudanças implementadas pela gestão. No processo de tomada de decisões, as entidades organizacionais devem ser alimentadas com dados fidedignos, oportunos e adequados, a fim de propiciar ações que desencadeiem resultados favoráveis e aceitáveis acerca do problema a ser enfrentado. Por meio da auditoria interna, a gestão organizacional alimenta o seu modelo de decisão com informações adequadas e fidedignas, a fim de que suas ações sejam mais tempestivas ao caso concreto (TAMBORINO MORAIS, 2005).

A auditoria interna pode ser realizada para ratificar a precisão das demonstrações contábeis, permitindo um melhor controle administrativo e atender as exigências legais. Assim sendo, por meio da verificação do cumprimento das obrigações fiscais, é possível apurar a ocorrência de erros e fraudes antes que venham prejudicar a integridade estrutural e a saúde financeira da entidade. Com o fito de alcançar os fins a que se destinam, os servidores/empregados permanentes que atuam numa auditoria interna precisam agir com permanência e independência no desenvolvimento de suas ações (PINHEIRO; CUNHA, 2003).

Dentro de uma entidade organizacional complexa, torna-se inviável que os próprios dirigentes supervisionem tudo pessoalmente, visto que eles devem se ater a questões ligadas as decisões. A auditoria interna, consoante expressa Aquino, Vilas Boas e Moraes (2004), consiste em um procedimento mais periódico e profundo, sendo que o auditor não pode ser subordinado a ninguém a que ele examine e nem um funcionário externo a entidade. Destarte, é possível coadunar o exposto com o que se segue:

A auditoria interna é aquela exercida por funcionário da própria empresa, em caráter permanente. Apesar de seu vínculo à empresa, o auditor interno deve exercer sua função com absoluta independência profissional, preenchendo todas as condições necessárias ao auditor externo, mas também exigindo da empresa o cumprimento daquelas que lhe cabem. Ele deve exercer sua função com total obediência às normas de auditoria e o vínculo de emprego não lhe deve tirar a independência profissional, pois sua subordinação à administração da empresa deve ser apenas sob

o aspecto funcional. (TRISCIUZZI apud AQUINO; VILAS BOAS; MORAES, 2009, p. 09).

A auditoria interna compreende o exame e análise dos documentos, livros e registros, averiguações e angariações de informações e ratificações, internas e externas, correlacionadas com o controle do patrimônio, cujo fito é comedir a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. Em outras palavras, a auditoria interna atua como um suporte para a administração das organizações, com o escopo de averiguar as mais diversas atividades desenvolvidas na mesma. Logo, verifica-se o quão corretamente desempenhadas estão sendo todas as atividades fins e meios que a entidade tende e pretende desenvolver (AQUINO; VILAS BOAS; MORAES, 2009).

Visando melhorar a operacionalidade da entidade da gestão interna, a auditoria interna agrega valor às suas atividades através de uma análise ou avaliação sistemática. Além de um controle financeiro e contábil, a referida auditoria também visa a salvaguardar a entidade de qualquer risco característico da feitura de qualquer de suas diversas atividades, reforçando sua eficácia e eficiência em todos os setores da entidade. Dessa maneira, a entidade consegue obter competitividade frente ao mercado no qual está inserida, bem como capaz de enfrentar todos os seus desafios (AQUINO; VILAS BOAS; MORAES, 2009).

A auditoria interna fora concebida para o exercício de uma atividade de assessoramento a alta administração da empresa. Além disso, depreende-se por meio dos estudos nas literaturas existentes acerca do presente assunto que os membros da administração demonstram cada vez maior aceitação da auditoria interna como um meio de obter análises, avaliações, recomendações, assessoria e informações concretas acerca dos controles e dos desempenhos da organização. Na visão de Trisciuzzi (2009), a auditoria interna toma a feição de um órgão dentro da estrutura organizacional, cuja função é verificar de forma sistemática a dinâmica de controle interno.

Saliente-se que há diretrizes formais que estabelecem a forma como as auditorias devem ser realizadas. Nesse sentido, Trisciuzzi (2009, p.860) ressalta que “os trabalhos de auditoria interna estão regulamentados, no âmbito da profissão contábil no Brasil pelas normas técnicas NBC TI 01 aprovada pela Resolução 986 (CFC, 2003), e norma profissional NBC PI 01 aprovada pela Resolução 781 de (CFC, 1995)”.

3.2 Das Modalidades de Auditorias Internas

As atividades de auditoria interna desenvolveram várias formas de se auditar uma entidade e, segundo a doutrina e os normativos em vigor, existem diversas modalidades para a auditoria, entretanto, em se tratando de auditoria no setor público, geralmente são exigidas aquelas destacadas na IN nº 01, de 06 de abril de 2001 da SFCI, as quais estão demonstradas a seguir:

- 1) Auditoria de Avaliação da Gestão: esse tipo de auditoria objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos: exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; verificação do cumprimento da legislação pertinente; e avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.
- 2) Auditoria de Acompanhamento da Gestão: realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- 3) Auditoria Contábil: compreende o exame dos registros e documentos e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto. Objetivam obter elementos comprobatórios suficientes que permitam opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas. Tem por objeto, também, verificar a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos com vistas a emitir opinião sobre a adequação e fidedignidade das demonstrações financeiras.

- 4) Auditoria Operacional: consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da administração pública federal, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial. Este tipo de procedimento auditorial, consiste numa atividade de assessoramento ao gestor público, com vistas a aprimorar as práticas dos atos e fatos administrativos, sendo desenvolvida de forma tempestiva no contexto do setor público, atuando sobre a gestão, seus programas governamentais e sistemas informatizados.
- 5) Auditoria Especial: objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente. Classifica-se nesse tipo os demais trabalhos auditoriais não inseridos em outras classes de atividades.

As modalidades de auditoria interna se complementam entre si na maioria das vezes, visto que nem sempre é possível segregar especificamente cada uma delas. Em suma, qualquer que seja a modalidade de auditoria interna averiguada, sempre se tem por objetivo final contribuir para a melhoria dos resultados.

Há diversos modelos de controles internos aceitos internacionalmente, que a partir da divulgação do informe COSO, foram publicados, dentre eles, Trisciuzzi (2009) destaca os seguintes:

- 1) COSO (EUA);
- 2) CoCo (Canadá);
- 3) Cadbury (Reino Unido);
- 4) Vienot (França);
- 5) Peters (Holanda);
- 6) King (África do Sul).

Existe uma nítida inter-relação entre os diversos modelos que, muitas vezes, completam-se ou utilizam aspectos de modelos anteriores incorporados a sua estrutura.

Destarte, o modelo de COSO (Controles Internos – Estrutura Integrada) representa um marco na evolução de como avaliar a efetividade de controles internos relacionados não só a relatórios financeiros, mas a execuções gerais do empreendimento. De considerável interesse para qualquer envolvido na auditoria interna de uma entidade, esse modelo é de grande valia e uso para qualquer auditor independente, visto ser um meio de cumprir suas atribuições na elaboração do relatório técnico, sugerindo melhorias nas operações da organização (TRISCIUZZI, 2009).

Para os adeptos do modelo COSO, a premissa de seu modelo consiste na relevância da definição de controle interno, depreendendo-o como um processo, desenvolvido para garantir, com razoável certeza que sejam atingidos os fitos da entidade, cujas categorias Trisciuzzi (2009) divide da seguinte maneira:

- 1) Eficiência e eficácia das operações (objetivos operacionais e de planejamento): esta categoria diz respeito aos objetivos básicos da entidade, inclusive com os objetivos e metas de desempenho e rentabilidade, bem como da segurança e qualidade dos ativos;
- 2) Confiabilidade e integridade das informações financeiras e gerenciais (utilidade das informações): todas as transações devem ser registradas, e esses registros devem refletir transações reais, consignadas pelos valores e enquadramentos corretos;
- 3) Aderência às leis e regulamentos aplicáveis (objetivos de conformidade) com leis e normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação.

Um dos componentes do modelo de COSO diz respeito ao ambiente de controle, cuja atuação consiste na cientificação que a entidade tem para o exercício do controle interno. Esse ambiente de controle define o tom de uma organização e o modo como opera, servindo de base para os outros componentes de uma auditoria interna e fornecendo disciplina e estrutura. Além do exposto, o ambiente de controle é influenciado pela ideologia, cultura e história da entidade em que está inserido. Logo, acaba influenciando a consciência de controle de seu pessoal (TRISCIUZZI, 2009).

É relevante referendar acerca dos fatores que compõem o ambiente de controle neste ensejo, visto que Trisciuzzi (apud Aquino, Vilas Boas e Moraes, 2009) apontam os que se seguem:

- 1) A Integridade moral da entidade;
- 2) Valores éticos perpetrados pela organização;

3) Aptidão e competência dos membros da entidade.

Todas as entidades encontram avaliações de riscos, cujo processo é identificado pela auditoria interna, porém decidido pela gerência interna acerca das formas de se combater tais vicissitudes. Como não existe um modo prático para eliminar completamente todos os riscos, a gerência da entidade deverá estabelecer quanto dos riscos estará disposta a tolerar e estabelecer como esses níveis de tolerância serão mantidos. Nesse âmbito, faz-se necessário asseverar as diretrizes ideológicas da entidade organizacional, a fim de verificar como tais empecilhos serão superados (COCURULLO apud TRISCIUZZI, 2009).

Dentre as várias vertentes existentes para as auditorias, existe uma divisão clássica estabelecida informalmente que consiste em dividi-la em: auditoria interna e auditoria externa ou independente. Neste contexto, pode-se explanar acerca das peculiaridades existentes entre elas por meio do seguinte quadro:

O Auditor Interno	O Auditor Externo
É um empregado da companhia	É independente
Serve a administração da companhia	Serve a terceiros que precisam de informações financeiras confiáveis.
Revisa todas as operações e controles da empresa para a maior eficiência, eficácia, e economia de recursos.	Revisa o balanço e a demonstração de resultados. Revisa as operações e os controles internos para determinar a abrangência de seus trabalhos e a confiabilidade das informações financeiras.
Revisa todas as atividades da empresa a, continuamente.	Revisa os registros contábeis que suportam os relatórios financeiros uma vez ao ano.
Tem o objetivo direto de prevenir e detectar fraudes de qualquer forma ou efeito, sobre as atividades auditadas.	Tem responsabilidade acidental com a prevenção e detecção de fraudes, mas tem responsabilidade direta sobre elas se os demonstrativos financeiros sofrem efeito material significativo.
Tem a preocupação de assessorar a administração sobre as melhorias operacionais que causam efeito futuro.	Tem o seu escopo mais dirigido ao passado, ao histórico e análise das transações ocorridas no exercício findo.

Quadro1 - Comparação Auditor Interno x Auditor Externo. Fonte: Migliavacca apud Trisciuzzi, 2009.

A política de controle das atividades nas entidades deve adotar procedimentos para assegurar que as diretrizes da gerência sejam seguidas. Essas atividades estão disseminadas

por toda a entidade, em todos os níveis e funções, incluindo uma gama de procedimentos que, consoante Trisciuzzi (2009) elenca são tidas pelo que se segue:

- 1) Aprovações de termos, regulamentos, resoluções e afins diretivas;
- 2) Verificações da conduta de membros e colaboradores da entidade;
- 3) Autorizações para execução de ações estabelecidas e para permissão de outras não previstas;
- 4) Revisões de desempenho dos membros e colaboradores da entidade;
- 5) Reconciliações diante de situações que geram intrigas e discordâncias;
- 6) Apurações de problemas existentes e possíveis outros que venham a surgir;
- 7) Segurança de ativos;
- 8) Segregação de funções para melhor individualizar as ações de trabalho.

Nota-se que todas as atividades repousam solidamente no desempenho das pessoas envolvidas na organização, porque são elas que levam a efeito todas as atividades desenvolvidas pela entidade organizacional. Ademais, o sistema de informação e comunicação é um instrumento essencial para o processo de controle interno. Logo, a partir dele é viável criar relatórios que contém informações operacionais, financeiras e de conformidade (TRISCIUZZI, 2009).

Em adendo ao exposto, é possível expor o que se segue:

Deve-se, também, considerar canais claros e abertos de comunicação que permitam a informação fluir por uma organização. Estes canais têm que reforçar a mensagem a todo o pessoal de que responsabilidades de controles internos são prioridade e devem ser levadas a sério. Além disso, estes canais de comunicação deveriam tornar claro o papel de cada indivíduo no sistema de controles internos, bem como proporcionar uma compreensão de como essas atividades se relacionam com o trabalho de outros na organização. Estes sistemas têm que prover meios para mover as informações importantes ao topo da organização e para receber inputs (entrada de informações) de fontes externas. (TRISCIUZZI, 2009, p. 45-46)

Para saber se as auditorias internas estão sendo realizadas ou não é necessário verificar se o monitoramento está sendo realizado. Tal monitoramento é feito tanto através do acompanhamento contínuo das atividades quanto por avaliações pontuais. Destarte, observa-se que o nível de monitoramento durante o processo diminui a necessidade de avaliações de forma individualizada. Em outra análise, sabe-se que, quanto menor for uma organização,